PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 1271, DE 19 DE JANEIRO DE 2004.

Dispõe sobre o aproveitamento de alimentos não comercializados e próprios para o consumo humano.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprovou e eu, a Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Programa Municipal de coleta, armazenamento e distribuição de alimentos não servidos e aproveitáveis para o consumo humano, sejam esses alimentos perecíveis ou não, poderá ser implantado com a colaboração de entidades e empresas voltadas aos programas sociais, da sociedade civil e outras.

Art. 2º As etapas, formas de execução, fiscalização e fases de desenvolvimento do Programa estabelecido no artigo anterior fica a cargo do Poder Executivo Municipal, com deslocamento de pessoal e veículos, para a coleta, distribuição e fiscalização dos alimentos.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal firmará parcerias com a Vigilância Sanitária Municipal, que será responsável pela contratação de um profissional em nutrição, o qual fará a separação dos alimentos recolhidos nas empresas, e a Secretaria Municipal de Ação Comunitária, que será responsável pela distribuição dos alimentos às pessoas cadastradas neste Programa.

Art. 4º Ficam as empresas participantes deste programa, responsáveis pela separação dos alimentos perecíveis ou não, bem como a determinação dos dias em que esses alimentos poderão ser recolhidos.

Art. 5º Para a implementação do Programa, o Município poderá firmar convênio com entidades civis, governamentais e não-governamentais.

Art. 6º Os beneficiados, com o objetivo principal de favorecer tão somente as famílias carentes da cidade de Palmas, sendo atendidas as creches, abrigos e associações de moradores de bairros considerados pobres, as quais farão a seleção de moradores que necessitam ser atendidos pelo Programa, obedecendo aos seguintes critérios:

I - famílias com filhos menores e que os pais não tenham emprego fixo;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

II - idosos, mas que não são aposentados;

III - famílias que tenham uma renda mínima inferior a 1 (um) salário mínimo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 19 dias do mês de janeiro de 2004, 15º ano da criação de Palmas.

NILMAR GAVINO RUIZ

Prefeita de Palmas